

A UNIVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO LIVRO E À LEITURA NO BRASIL

Antonio Deusivam de Oliveira¹

Resumo

Trata das questões relacionadas às políticas públicas de acesso ao livro e à leitura no Brasil. Pretende-se demonstrar a importância do livro e da leitura na formação individual e social do homem. Nesse sentido, analisa o resultado de algumas pesquisas; fundamenta-se na própria política, conforme a Lei do Livro e nos programas desenvolvidos pelo Governo Federal, além de mostrar de onde provêm os recursos para financiar esses programas. Parte, pois da premissa de que o Estado deve garantir à população o acesso universal a esse direito.

Palavras-chave: Políticas públicas de acesso ao livro e à leitura. Lei do Livro. Importância do livro e da leitura.

1 – A importância do livro e da leitura

“Um país se faz com homens e livros”; esta frase foi dita por Monteiro Lobato. No entanto, se pergunta: no Brasil a população tem acesso aos *livros*? As discussões acerca das políticas públicas de acesso ao livro e à leitura, partem, em primeiro lugar, do real valor que o livro e a leitura têm, ou seja, qual o diferencial que o livro e a leitura podem trazer para a formação individual e social do homem.

Segundo Machado (2004, p. 25), “vivemos imersos numa economia em que o conhecimento se transforma, efetivamente, no principal fator de produção [...]”. Ainda segundo ele,

“[...] se disponho de certo conhecimento e alguém se mostra interessado em comprá-lo, posso negociar o preço considerado justo e vendê-lo; no entanto, diferentemente de uma mercadoria em sentido industrial, o comprador fica com ele, mas não fico sem ele”.

O autor identifica isso como sendo de um “caráter imaterial do conhecimento”. (ibid, p. 28).

Mas, pergunta-se: onde se consegue esse conhecimento? Vivemos na sociedade da informação. As informações nos chegam a partir de várias fontes: televisão, jornais, rádio, revistas, Internet, e também por meio do nosso recurso e material de estudo, o livro. É também por intermédio dos livros, além dos outros meios de comunicação já

¹ Economista. Especialista em Organização e Gestão de Políticas Sociais. Atua no setor do livro há 10 anos. Atualmente é Supervisor comercial da Editora Boitempo que publica livros na área de Ciências Sociais.

mencionados, que acumulamos e processamos informações e, conseqüentemente, conhecemos.

Mas, e o que é conhecimento? Para Machado (2004, p. 19-20), relaciona-se à idéia de “acumulação” e “encadeamento”. Para o autor “[...] conhecer é como tecer, enredar, articular por meio de relações, temas aparentemente desconectados” (loc. Cit.).

O problema das informações passadas pelos meios de comunicação de massa (televisão, revistas e jornais), é que na sua grande maioria esses meios “têm servido às elites dominantes, inculcando e reforçando a ideologia por elas produzida”. (SILVA, 2004, p. 39). Quando o autor refere-se às “elites dominantes”, é possível associar a idéia ao capitalismo que atua sobre as forças econômicas e políticas do país. Essas forças que dominam os “meios de comunicação de massa” são frutos de uma ideologia neoliberal vigente no Brasil e na maior parte do mundo. Segundo a visão neoliberal, baseada na “mão invisível” de Adam Smith, “cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 56). O problema aqui é que o interesse dessa elite é atendido pela classe política do país; por sua vez, o objetivo principal dessas classes não é o “bem-estar coletivo” e sim a acumulação do capital como interesse individual. Logo, o acesso às informações não é considerado pela elite dominante como uma questão de direitos para todos, apesar da Constituição Federal garantir isso como sendo o direito de todos.

E é no livro, mas não somente nele, que se pode adquirir o conhecimento. Portanto, o livro não é somente um veículo de informações, ele tem a função de contribuir na formação crítica e social do homem e pode, também, contribuir para diminuir as desigualdades sociais; logo, uma política de acesso ao livro e à leitura deve ser entendida como política social. Para Costin (2004, p. 271), “a leitura pode proporcionar a autonomia necessária ao verdadeiro exercício da cidadania”.

Os livros já foram (e implicitamente ainda continuam sendo) proibidos. Ditadores preferiam populações analfabetas ou que não dominavam o poder da leitura, pois era mais fácil dominá-los. Manguel (1997) cita vários casos de governos monarcas ou ditatorias, em que o livro era proibido. “Em 1981, por exemplo, a junta militar liderada

pelo general Pinochet baniu *Dom Quixote* do Chile porque o general achava (com bastante razão) que o livro continha um apelo pela liberdade individual e um ataque à autoridade instituída” (Manguel, 1997, p. 319-320).

O filme “Fahrenheit 451”² mostra uma sociedade hipotética em que o governo de regime autoritário proíbe a leitura mandando queimar os livros, pois eles eram vistos como algo que difundia a infelicidade. No entanto, era uma forma de o governo manter o controle dessa sociedade. Para fugir desse regime algumas pessoas seguem para uma comunidade livre e tornam-se “Pessoas-livro”, onde se comprometem com a memorização de um livro e com o passar adiante todo o conhecimento humano. Depois de memorizá-lo, eles o queimam, pois ele já está guardado na memória de quem o leu, lugar de onde ninguém o poderá tirar, para que depois, numa nova sociedade, ele tenha a possibilidade de ser reimpresso.

As políticas de acesso ao livro, assim como outras políticas de caráter diverso, apresentam-se como fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e social do país. Segundo Lindoso (2004, p. 183), o acesso ao livro

[...] é essencial para a melhoria de todos os índices sociais: quem lê adoece menos, pois é mais informado sobre práticas de saúde; tem melhores condições de trabalho, pois pode se atualizar e participar efetivamente de práticas de educação continuada; é melhor cidadão, pois consegue articular melhor seus direitos e deveres.

Petit (2008, p. 61) afirma que “[...] a leitura é um meio para se ter acesso ao saber, aos conhecimentos formais e, sendo assim, pode modificar as linhas de nosso destino escolar, profissional e social”. A autora afirma ainda que através da leitura “[...] cria-se um certo número de condições propícias para o exercício ativo da cidadania”. (ibid, p. 101)

O acesso à leitura por parte de todos é uma idéia também defendida por Amorim (2004, p. 186) ao afirmar que “isso deve ser entendido como algo tão elementar quanto o direito universal aos serviços públicos de saúde, educação, saneamento ou segurança, por exemplo”.

Soares (2004) ressalta a importância da leitura no processo de democratização cultural. Para ela, para que exista uma democracia cultural por completo, é preciso que

² FAHRENHEIT 451. Dir. François Truffaut. França, 1966.

todos os cidadãos tenham acesso à leitura e afirma que a leitura é um “[...] instrumento de promoção da democracia cultural – a leitura tem o poder de democratizar o ser humano em suas relações com o cultural”. (ibid, p. 20). No entanto, a autora aponta que essa democracia não existe por completo na nossa sociedade. As estatísticas referentes ao acesso ao livro e à leitura por parte da população brasileira, comprovam essa afirmativa.

2 – Resultados de pesquisas sobre livro e leitura

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil³ indica que o índice nacional de leitura no Brasil, por pessoa, é de 3,7 livros por ano⁴. Na pesquisa anterior, realizada em 2001, o índice era de 1,8. Em países desenvolvidos a média é bem maior. França, 7 livros por ano, Estados Unidos média de 5,1 e Inglaterra, 4,9 livros por ano.

Explicar a causa desse baixo índice de leitura do brasileiro, não é tarefa fácil, visto que, para a maioria das pessoas, a explicação advém do alto custo do livro. O valor médio de um livro hoje aqui no Brasil é equivalente a algo em torno de 7,23% do salário mínimo. No entanto, o que deve ser analisado é o quão é baixo o salário dos brasileiros; e que, além de atender necessidades culturais e de lazer, deve atender às outras necessidades básicas.

Via de regra, a maioria da população de baixa renda não vê a cultura da leitura como algo essencial à vida do ser humano. Logo, o livro não entra como necessidade básica para o homem. O estudo de Earp (2005) mostra que o consumo de 2 livros *per capita* no Brasil⁵ em 2002 foi considerado muito baixo se comparado a países de alto consumo, como é o caso do Japão, Estados Unidos e Taiwan (11, 9 e 9 livros *per capita* respectivamente). Os países que registram médio consumo são: China, Reino Unido, Canadá, Austrália, Espanha, Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e Suíça.

Deve-se levar em consideração também que, frequentemente, as pessoas não vêem o livro como diversão e cultura e sim como obrigação. Por conseguinte, a leitura não é entendida como algo prazeroso, como é o caso do cinema, teatro, música etc. Sendo assim, a maioria dos brasileiros, não têm o hábito de dedicar um pouco do seu tempo livre

³ Pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro, divulgada em 28/04/2008.

⁴ O número de 3,7 livro lido por leitor/ano tem como perfil: uma população acima de 15 anos com pelo menos três anos de escolaridade e que leu pelo menos um livro nos últimos três meses.

⁵ Valor obtido pela divisão da quantidade de livros vendidos pelo tamanho da população.

para a leitura. Schopenhauer (2003, p. 150), complementa, de forma muito convincente, esse aspecto quando afirma que: “Seria bom comprar livros se, juntos com eles, fosse possível comprar o tempo para lê-los, mas, em geral, troca-se a aquisição dos livros pela aquisição do seu conteúdo”. Essa assertiva pode ser confirmada na Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Quando perguntados sobre as “razões alegadas pelos brasileiros para não terem lido livros no último ano”, o primeiro motivo declarado por 29% dos pesquisados foi falta de tempo. E ao serem arguidos sobre o significado da leitura 26% respondeu conhecimento. Prazer foi associado à leitura somente por 4% da população pesquisada e assumiu o sétimo lugar na colocação geral.

Outros dados da pesquisa de Earp (2005) mostram o preço médio absoluto dos livros⁶. Para o autor “Os mais caros são os alemães e belgas, seguidos de perto pelos suíços, austríacos, norte-americanos e holandeses, enquanto os brasileiros estão entre os mais baratos do mundo, só superados por russos e chineses”. (EARP, 2005, p. 63).

O autor ainda faz uma outra pesquisa bastante interessante, usando a renda *per capita* como referência, que é o Índice de Preços Relativos do Livro. Ele dividiu a renda *per capita* pelo preço médio absoluto do livro, chegando a um índice chamado de Índice de Capacidade de Compra de Livros (ICCL), que é “[...] o número médio de livros que o habitante médio poderia comprar caso a esse fim dedicasse todos os seus recursos”. (EARP, 2005, p. 64). Conforme a pesquisa, o ICCL do Japonês é igual a 4.029 livros, o do brasileiro é de 1.473 livros, e o do México é de 733 livros. A partir daí o pesquisador tomou como base o preço relativo do livro japonês, considerado o mais baixo do mundo, e criou o Índice de Preço Relativo do Livro (IPRL)⁷. Sendo assim, o IPRL japonês e francês é igual a 1, enquanto o livro mais caro em relação à renda *per capita* é o mexicano, com índice 5,5 maior. O do Brasil é 2,7 vezes maior do que a renda *per capita*. Na pesquisa de Earp (2005), ficou evidenciado que o consumo de livros no Brasil (2 *per capita*) é menor que a quantidade de livros que a renda *per capita* permitiria comprar (2,7 segundo o IPRL).

A partir desses dados podemos perceber que o brasileiro não somente deixa de ler porque o livro é caro, mas também porque ele não foi educado para uma cultura da leitura. Fica evidenciado que apesar de a diferença entre esses números ser pequena, os

⁶ Valor obtido pela divisão do valor das vendas de livros em dólares pelo tamanho da população.

⁷ Quantas vezes o livro dos países são mais caros em relação a renda *per capita* considerando o Japão como referência.

números não mostram o resultado do consumo e do quanto a população de baixa renda poderia comprar de livros. Contudo, evidencia-se que é com essa população que o Estado deve preocupar-se mais em relação à política de fornecimento de livros gratuitos e/ou a preços simbólicos, investindo, efetivamente, no incentivo à leitura.

Outros dados importantes para comprovar o não acesso democrático ao livro e à leitura por parte da população, é a quantidade de bibliotecas e livrarias nos municípios brasileiros. Segundo o IBGE, em 2005 somente 4.726 dos municípios brasileiros possuíam bibliotecas, o que equivale a 85% do total de municípios. O IBGE (2005) calculou também a existência de livrarias em apenas 31% dos municípios brasileiros. No caso das livrarias, foi observado, até mesmo, um decréscimo desse total, pois em 1999 eram encontradas livrarias em 35% dos municípios.

Continuando ainda, com base nas estatísticas, conforme o “Diagnóstico do setor livreiro”⁸ iniciado em 2003 e finalizado em 2008, no Brasil existem 2.676 livrarias, sendo que, desse total 53% (1.414 livrarias) estão localizadas na região sudeste do país. Portanto, observa-se aqui uma concentração na região mais rica do país. Outro índice relevante apontado nessa pesquisa é a quantidade de livrarias existentes no Estado de São Paulo – 676 livrarias, ou seja, 25,26% do total de livrarias do Brasil. A explicação dessa concentração de livrarias na região e no Estado mais rico da federação, segundo o diagnóstico, são os bons indicadores de nível de leitura dessa região; essa relação é melhor explicada pela economia, pois é resultante da “lei da oferta e da demanda”, relação dada pela “disponibilidade de bens e serviços à venda no mercado, por um lado, e sua demanda solvável, por outro”. (SANDRONI, 2005, p. 473). Nesse contexto, é importante ressaltar que a Organização das Nações Unidas (ONU), recomenda uma livraria para cada grupo de 10 mil habitantes; entretanto, os números mostram que no Brasil existe uma livraria para cada grupo de aproximadamente 71.000 habitantes, ou seja, uma defasagem enorme para o recomendado pela ONU. Trata-se, sem dúvida, de um dado altamente preocupante e fator contundente de exclusão social, para amplos segmentos da população, a quem não é disponibilizada, em primeiro lugar, uma educação de qualidade, fato que resulta, por si só, em menor poder aquisitivo, assim como em pouco incentivo, “gosto” e “desejo” pela leitura.

⁸ Diagnóstico realizado pela Associação Nacional de Livrarias, em parceria com a Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Organização das Nações Unidas e Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe.

Assim como as livrarias, mais concentradas na região sudeste, a mesma concentração também é percebida no setor de editoras. Segundo Lindoso (2004, p. 85) “A indústria editorial brasileira foi e é muito concentrada. O eixo Rio-São Paulo concentra a grande maioria das editoras brasileiras [...]”.

2 - Políticas para o livro e à leitura no Brasil

A necessidade de uma política pública para o livro e para a leitura, parte da premissa de que no Brasil as pessoas não têm acesso democrático e universal a esse bem, e que em parte é explicada pelo seu alto preço, fazendo com que a maioria da população explorada pelo capital não tenha uma renda suficiente para incluir o livro na sua cesta de compras. Portanto, criar condições de acesso torna-se fundamental, pois segundo Behring e Boschetti (2006, p. 51)

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Podemos pensar em políticas públicas para o livro no Brasil, a partir da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, no governo de Getúlio Vargas. O INL tinha como função a criação de uma “enciclopédia brasileira”, a publicação de obras raras e importantes, além da criação de bibliotecas públicas e a censura de livros. (LINDOSO, p. 2004, p. 174). Conforme o autor, no início do programa governamental de aquisição de livros didáticos, o INL foi o órgão responsável pela compra desses livros. Mas em 1976, o presidente Geisel “definía que o INL, embora vinculado ao ministério, só deveria cuidar de livros “culturais”. Os relacionados com a educação ficavam com outras áreas do Ministério da Educação (MEC) ligadas à educação e não à cultura”. (p. 175). O autor explica ainda que foi a partir de aí que começou a separação dos órgão “educacionais” e órgãos “culturais”, separação consolidada com a criação do Ministério da Cultura (MinC). “Dessa forma, o MEC ficou com o ‘sério’, o que significa resolver e cuidar de questões importantes da educação, inclusive o livro didático, enquanto o MinC ficou com o ‘simbólico’ até hoje, com este se

confundindo.”(LINDOSO, 2004, p. 176). O INL foi extinto no governo de Fernando Collor, ficando a Fundação Biblioteca Nacional responsável pelas suas atribuições.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política do governo para o livro foi no sentido de aprimoramento dos programas federais de aquisição de livros. As políticas ficaram divididas entre os Ministérios da Cultura e o da Educação, no caso do MEC a política do livro ficou vinculada à política educacional.

Na administração do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi sancionada a Política Nacional do Livro – a Lei nº 10.753, a Lei do Livro. Esta lei foi sancionada no dia 30 de outubro de 2003 e foi proposta pelo senador José Sarney; ela apresenta-se como de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas para a editoração, distribuição, comercialização e difusão do livro. É pertinente citar o que diz o Capítulo I da Política Nacional do Livro:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional do Livro Diretrizes Gerais

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

- I – assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
 - II – o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
 - III – fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
 - IV – estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros tanto de obras científicas como culturais;
 - V – promover e incentivar o hábito da leitura;
 - VI – propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
 - VII – competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
 - VIII – apoiar a livre circulação do livro no País;
 - IX – capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e para promover a justa distribuição do saber e da renda;
 - X – instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro;
 - XI – propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
 - XII – assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.
- (Scortecci, 2007, p. 68,69,70)

A partir da Lei do Livro foi criado o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). O plano tem como objetivo elaborar projetos, programas e atividades relacionados ao livro e à leitura. O PNLL está estruturado em quatro eixos estratégicos e 20 linhas de ações, conforme segue:

Eixos e Linhas:

Eixo 1 – Democratização do acesso

- 1.1. Implantação de novas bibliotecas
- 1.2. Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
- 1.3. Conquista de novos espaços de leitura
- 1.4. Distribuição de livros gratuitos
- 1.5. Melhoria do acesso ao livro e outras formas de expressão da leitura
- 1.6. Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação

Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores

- 2.1. Ações dos Estados e Municípios
- 2.2. Projetos sociais de leitura
- 2.3. Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura
- 2.4. Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial
- 2.5. Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura
- 2.6. Formação de mediadores de leitura

Eixo 3 – Valorização da leitura e comunicação

- 3.1. Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura
- 3.2. Ações para converter às práticas sociais da leitura em política de Estado
- 3.3. Estímulo a publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

Eixo 4 – Desenvolvimento da Economia do Livro

- 4.1. Apoio à cadeia produtiva do livro
- 4.2. Apoio à distribuição, circulação e consumo de bens da cultura letrada
- 4.3. Apoio à cadeia criativa do livro
- 4.4. Maior presença dos produtos da cultura letrada brasileira no exterior (PNLL)

No dia 21 de dezembro de 2004, o governo Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Desoneração Fiscal do Livro (Lei nº 11.030, de 21/12/2004). Segundo Scortecci (2007, p. 101) a lei isenta “[...] a produção, comercialização e importação de livros do pagamento do PIS/Cofins/PASEP [...]”. Com isso o governo pretende diminuir o valor do livro para o consumidor e retomar os investimentos por parte da cadeia produtiva do livro. Nesse caso, o governo exige uma contrapartida por parte da cadeia produtiva e de comercialização do livro. Editores e livreiros devem contribuir com 1% sobre o total das vendas de livros para o “Fundo Pró-Leitura” do Plano Nacional do Livro e Leitura.

3 – Programas federais para o livro e para leitura

O governo ainda mantém alguns programas específicos para o livro e à leitura. Esses programas são de competência do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cultura (MinC). A seguir alguns dos programas de competência do Ministério da Educação:

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – O PNLD é o maior programa para aquisição de livros didáticos para as escolas públicas. O Programa foi inicialmente criado em 1929, sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro (INL). A partir de então, vários Decretos-leis alteraram e normalizaram o programa. Em 1983, é criado o Fundo de Assistência ao Estudante (FAE), e em 1985 a FAE cria definitivamente através do Decreto nº 91.542, de 19/08/85 o Programa Nacional do Livro Didático. A partir disso mudanças importantes foram realizadas para a melhoria da execução do plano. Em 1997, é extinta a FAE, e o plano fica sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e a partir de então o plano começa a atender integralmente todas as disciplinas, desde a alfabetização até o 9º ano do ensino fundamental da rede pública de escolas. Nos anos seguintes, o PNLD começa também a atender os alunos com necessidades especiais, com livros em braille e também a distribuir dicionários de língua portuguesa.

É importante ressaltar que no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), o PNLD passou por diversas reformulações e conseqüentemente por críticas quanto ao método de aquisição dos livros. Quanto à avaliação dos títulos, críticas também foram feitas, foi então que o MEC criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Para Lindoso (2004, p. 147,148) que chamou os PCNs de “receita para os docentes”, essa “[...] iniciativa do MEC de elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais foi a forma encontrada de superar os impedimentos legais de imposição de currículos unificados – já que essa era uma responsabilidade dos Estados.”

- Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) – O programa foi criado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE. Inicialmente atendia os alunos do ensino médio apenas com os livros de português e matemática, porém ele vem sendo ampliado e pretende universalizar com todas as disciplinas até 2009.

- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). O programa foi criado pela Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, e pretende doar livros a entidades públicas, privadas e da sociedade civil que desenvolvam projetos na área de educação de jovens e adultos.

- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – O PNBE foi criado em 1997 com o objetivo de tornar democrático o acesso, por parte de alunos e professores, ao conhecimento, informação e cultura repassados pelo livro; esse é considerado como

sendo o segundo maior programa de aquisição de livros do MEC, superado apenas pelo PNLD. Para Lindoso (2004, p. 162,163), o PNBE “É um marco no esforço de fazer que a escola encare a questão da leitura não apenas pelo seu lado ‘funcional’, e sim como um instrumento básico de formação cidadã para as nossas crianças.” Desde a sua criação, o PNBE passou por algumas reformulações; no início o alvo foi às bibliotecas, depois passou a ser os alunos do ensino fundamental e hoje contempla desde a educação infantil até o ensino médio.

Face ao exposto, percebemos que os programas para o livro e a leitura formulados, implantados e executados pelo MEC tiveram e têm uma importância significativa na formação educacional e social dos estudantes brasileiros. Críticas existem para com esses programas, mas temos que vê-las como construtivas, pois é através do questionamento e das reivindicações populares e das entidades do livro, que os programas podem melhorar e tornassem mais eficientes.

A seguir, alguns programas do Ministério da Cultura para o livro e à leitura:

- Programa Uma Biblioteca em cada Município – O programa como o nome já diz, têm como objetivo implantar uma biblioteca em cada município. O programa é realizado em parceria com estados e municípios; no entanto o MinC exige por parte deles, a responsabilidade em fornecer toda infra-estrutura necessária para implantação da biblioteca e ao MinC cabe a responsabilidade no fornecimento do acervo.
- Programa Nacional de Incentivo a Leitura (PROLER) – O programa foi criado em 1992, e tem como objeto principal o incentivo à leitura. A Fundação Biblioteca Nacional é quem coordena e executa todo o programa. O PROLER desenvolve ações em parceria com os estados, municípios, universidades, bibliotecas e demais instituições que desenvolvam ações em prol da leitura.
- Programa Mais Cultura (PAC da Cultura) – O PAC da Cultura foi criado através do Decreto nº 6.226, de 04 de outubro de 2007 e tem como objetivo priorizar ações na área da promoção da diversidade sociocultural. O programa irá atingir principalmente regiões de maior vulnerabilidade social; e no que se refere ao livro e a leitura, prevê a instalação de 4 mil pontos de leitura em todo o país, além de ações de multiplicação de agentes de leitura.

O percebido nos programas do Ministério da Cultura é que eles atuam mais na questão da leitura e que a Fundação Biblioteca Nacional, órgão vinculado a esse ministério, é quem executa todas as ações dos programas.

4 – Recursos para os programas

Os recursos para financiar as linhas de ações do PNLL deverão ser disponibilizados através de fundos públicos, privados e de parceria entre os dois. Os ministérios da Educação e Cultura contam ainda com recursos próprios oriundos dos orçamentos da união, estados e municípios; além das leis de incentivo a cultura, como é o caso da Lei Rouanet⁹, e de renúncia fiscal, como é o caso da Lei nº 11.030 de 21/12/2004, onde através da isenção do PIS/Cofins/PASEP, a cadeia produtiva do livro deve contribuir 1% do seu faturamento em prol do “Fundo Pró-Leitura”. Outras fontes também possíveis são os orçamentos de organismos internacionais, empresas privadas e organizações não-governamentais.

Quanto à cadeia produtiva do livro, o governo criou através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o BNDES/Prolivro. A partir do PROLIVRO o Banco reduziu as taxas de juros abaixo do praticado no mercado para as empresas do setor. O objetivo é facilitar o acesso a recursos financeiros necessários à expansão da cadeia no que se refere à edição e impressão de livros.

5 – Algumas considerações finais

Criar efetivamente uma política para o livro e a leitura, não é apenas instituir uma lei, é necessário que as ações sejam de fato realizadas. Para que essa lei seja universal, é necessário que além do direito, todos tenham o acesso. Por sua vez, para que o acesso seja democrático, cabe ao Estado criar as condições necessárias, independente de classe social ou região geográfica.

⁹ Lei nº 8.313/91 de 1991. A Lei Federal de Incentivo a Cultura, ou Lei Rouanet como é chamada, objetiva financiar projetos culturais, através do Programa Nacional de Incentivo a Cultura (Pronac). Muitas críticas são feitas a essa lei, visto que, ela prioriza ações na área da arte, museus etc; enquanto ações para o livro e a leitura ficam em segundo plano.

Avanços são constatados, principalmente no que se refere à legalidade da política, pois a mesma não é um programa de governo e sim uma política de Estado. Hoje o acesso ao livro e à leitura é um direito de todos e um dever do Estado.

Muitas ações estão sendo desenvolvidas por parte do poder público, porém não devemos deixar de considerar como importantes, os projetos desenvolvidos pela sociedade civil e pelo setor privado; além das ações desenvolvidas em cada estado e município do Brasil. O que deve ficar claro é que, não devemos apenas esperar essas ações da sociedade civil e do setor privado, pois se o Estado é o responsável pela garantia dos direitos, logo é do Estado que devemos cobrar e buscar esse direito.

Comparando o resultado do índice de leitura do brasileiro, percebemos um crescimento significativo em seis anos, e esse crescimento, podemos sim, em parte ver como resultado dessas políticas em prol do livro e da leitura. Sabemos que, para que esses índices melhorem, não basta uma lei, é preciso mudar uma cultura, onde a leitura de um livro seja visto como algo prazeroso, fundamental, tendo a certeza de que a leitura irá contribuir para a formação social, política e econômica do cidadão.

6 – Referências Bibliográficas

AMORIM, Galeno. Livros para todos *in* PINSKY, Jaime (org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTIN, Claudia. Leitura e cidadania *in* PINSKY, Jaime (org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

EARP, Fábio Sá. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FAHRENHEIT 451. Dir. François Truffaut. França, 1966.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. 2005. Acesso em: 22 abr. 2008.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: 2008.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** Política para a cultura/ política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MACHADO, Nilson José. **Conhecimento e Valor**. São Paulo: Moderna, 2004.

MANGUEL, Alfredo. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PETIT, Michele. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PNLL. Disponível em: <http://www.pnll.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2008.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o ofício do escritor**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCORTECCI, João. **Informações importantes para quem quer escrever e publicar um livro: guia do profissional do livro**. São Paulo: Scortecci, 2007.

SILVA, Ezequiel. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Magda. Leitura e democracia cultural *in* SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos. **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

Licença:

[rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/"](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/)
![Licença Creative Commons](http://i.creativecommons.org/l/by-nc-nd/3.0/88x31.png)

A obra A universalização das políticas públicas de acesso ao livro e à leitura no Brasil de Antonio Deusivam de Oliveira foi licenciada com uma Licença [rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/"](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) **Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Obras Derivadas Proibidas 3.0 Não Adaptada**.